

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RAMÉL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Não, o Brasil não está sob uma ditadura



No Rio, Bolsonaro insiste na falácia de que estamos sob 'ditadura do Judiciário'. Mas o País sabe o que é uma ditadura: é justamente aquela que os bolsonaristas tanto querem restabelecer

A manifestação bolsonarista ocorrida no domingo passado, na orla de Copacabana, esteve alicerçada em uma grande mentira, qual seja: o País estaria submetido a uma "ditadura", em particular uma "ditadura do Judiciário", materializada por uma série de decisões do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Alexandre de Moraes.

Em que pesem as legítimas críticas que possam ser feitas aos métodos de Moraes, nada poderia estar mais distan-

te da realidade. O Brasil não está sob "ditadura do Judiciário" nem sob qualquer outra forma de ditadura. Essa falácia, que de resto banaliza o horror de um estado de violência política real, mal consegue esconder seus desígnios antidemocráticos.

Os simpatizantes que atenderam ao chamado de Jair Bolsonaro para sair de suas casas para defendê-lo naquele dia ensolarado ouviram o ex-presidente questionar em alto e bom som a higidez da democracia no País. Na visão maliciosa de Bolsonaro, só sob uma "ditadura", afinal, ele poderia ter sido julgado e

condenado à inelegibilidade pelo TSE – e não como consequência de seu envolvimento pessoal e direto, na condição de presidente da República, em uma aberta campanha de desinformação sobre a lisura das eleições brasileiras, com o intuito de deslegitimar uma vitória da oposição.

Naquele seu idioma peculiar, Bolsonaro deixou claro à plateia reunida em Copacabana que a democracia, ora vejam, teria sido golpeada no País com sua derrota na eleição de 2022. Como corolário natural dessa "ditadura" inventada, a liberdade de expressão teria sido cassada por nada menos que o Supremo Tribunal Federal, malgrado se tratar de um dos direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição de 1988 como cláusula pétrea.

Não é de hoje que Bolsonaro tem recorrido à turvação do conceito de liberdade de expressão como subterfúgio para expor o que é a sua natureza liberticida. Nesse sentido, pregar o fechamento do Congresso, tecer loas à ditadura militar, exaltar torturadores e defender publicamente o fuzilamento de opositores, entre outras barbaridades, são exemplos típicos do que Bolsonaro entende ser nada mais do que a livre manifestação de opinião e pensamento.

É disso, e apenas disso, que se trata quando o ex-presidente e seus apoiadores sobem em um carro de som para denunciar a "ditadura" a que estariam submetidos os brasileiros. Ora, aqui se sabe muito bem o que é uma ditadura. Sabe-se muito bem o que é ter a voz cassada. Sabe-se muito bem o que é não poder manifestar críticas ao governo ou às instituições. Sabe-se muito bem o

que é viver com medo do poder estatal. Tudo isso acontecia sob a ditadura militar, aquela que os bolsonaristas tanto querem restabelecer, inconformados que são com o restabelecimento da democracia em 1985.

O que se descortina diante dos olhos não obnubilados pelas paixões ideológicas é a usurpação do conceito de liberdade de expressão como esteio de uma campanha desavergonhada que nem remotamente passa por uma genuína defesa da democracia – ao contrário, é uma campanha que visa à desmoralização das instituições e da própria Constituição, com vista ao estabelecimento de um regime autoritário.

Os que se apresentam ao País e ao mundo como orgulhosos campeões da liberdade de expressão – como se viu no constrangedor pedido de Bolsonaro para que o público em Copacabana desse "uma salva de palmas" para um oportunista como Elon Musk, chamado de "mito da liberdade" – são os mesmos que não cansam de emitir sinais de que ainda não se resignaram com o fim da ditadura militar. Para esses democratas de fancaria, liberdade de expressão é a liberdade para que eles, e apenas eles, possam dizer o que bem entendem.

A esse respeito, não causam estranheza os apelos recorrentes dos bolsonaristas a uma certa mística religiosa, divisionista e identitária por definição. Tratado como uma espécie de instrumento da Providência Divina, Bolsonaro se considera, nessa condição, acima do bem e do mal. Se prestará contas por isso no Reino dos Céus, não se sabe. Aqui na Terra, o juízo está próximo. ●

Descompromisso com o futuro

É hora de os Poderes recuarem dessa estratégia suicida de ampliação dos gastos, que nada trará de positivo ao País, e de se unirem por agenda que traga mais eficiência ao setor público

Na semana passada, a sociedade assistiu atônita à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovar o retorno do quinquênio para algumas das categorias mais privilegiadas do funcionalismo público. Se o plenário der aval à proposta, o País terá de gastar R\$ 42 bilhões para garantir reajustes automáticos aos salários de juízes, procuradores e promotores, entre outras carreiras da elite do serviço público.

Não há outra palavra, senão farra, para definir a atitude da CCJ do Senado. Além de retomar uma regalia extinta há mais de 20 anos, os membros da comissão incluíram muitas outras categorias nesse trem da alegria que premia aqueles que passaram mais tempo vinculados ao Estado. Afinal, não haverá qual-

quer contrapartida a não ser os anos de serviço de cargos que, entre seus vários atrativos, oferecem estabilidade funcional e vencimentos elevados desde o início da carreira.

O avanço da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Quinquênio diz muito sobre a brutal falta de compromisso das autoridades com o futuro do País. Uma semana antes, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), havia se reunido com os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Disse, depois do encontro, que a Casa estava comprometida com o equilíbrio das contas públicas e que não aprovaria projetos que elevassem despesas da União. Acreditou quem quis.

Acuado, agora o governo corre contra o tempo para conter, ainda que par-

cialmente, a sangria de recursos públicos que a PEC representa. Para isso, conta com a colaboração dos governadores e a boa vontade de Pacheco, ignorando o fato de que o próprio Pacheco reusscitou tal proposta, arquivada em 2022 e reapresentada pelo senador mineiro no ano passado.

Culpar unicamente Pacheco e os integrantes da CCJ pela irresponsabilidade com as contas públicas, no entanto, seria injusto. Afinal, naquela mesma semana, a pedido do governo, a Câmara dos Deputados havia aprovado um dispositivo para liberar uma despesa extra de R\$ 15,7 bilhões neste ano, arruinando o arcabouço fiscal.

A desculpa oficial para antecipar o crédito foi a arrecadação recorde no início do ano, mas sabe-se que a decisão está relacionada à liberação de emendas parlamentares de R\$ 5,6 bilhões. Vetadas por Lula da Silva em janeiro, elas geraram um impasse que levou ao rompimento das relações entre Padilha e o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL) – outro personagem que se diz defensor de reformas e da agenda econômica, desde que as emendas permanecessem intocadas.

Não bastasse a facilidade com que a âncora fiscal foi ignorada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, alterou as metas fiscais de 2025 e de 2026. Para o ano que vem, o superávit de 0,5% foi reduzido a zero, e o superávit de 1% em

2026 foi rebaixado a 0,25%. Nada garante que os novos objetivos não serão modificados novamente antes disso.

Alcançar a meta do ano que vem exigirá R\$ 50 bilhões extras, mas o Executivo continua a ignorar a resistência que o Congresso tem demonstrado nos últimos meses às medidas para recuperação de receitas, enquanto a agenda de redução de despesas segue inexistente.

Nesse cenário em que o Legislativo usa as carreiras do topo do funcionalismo público, especialmente do Judiciário, para pressionar o Executivo a abrir o cofre e liberar as emendas parlamentares, o receio de entidades do setor privado, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), é que o resultado final dessa disputa seja um indesejável aumento da carga tributária.

É hora de os Poderes recuarem dessa estratégia suicida, que nada trará de positivo ao País, e de se unirem por uma agenda que traga mais eficiência ao setor público. Isso passa por um esforço coletivo que envolva muitas iniciativas, a começar pela redução das gritantes desigualdades entre as carreiras do serviço público, o oposto do que propõe a PEC do Quinquênio, e por um modelo que traga alguma racionalidade às emendas parlamentares, sobretudo em um ano de eleições municipais. Ao governo, cabe dar o exemplo e cumprir as metas fiscais, e não modificá-las ao sabor do vento. ●